

## Percepção dos gestores sobre a inclusão de estudantes com deficiência na educação superior

**Joana Maria de Moraes Costa**  
**Tania Mara Zancanaro Pieczkowsk**

### Resumo

Este artigo está alicerçado nos estudos realizados na pesquisa de Mestrado em Educação, cujo objetivo foi analisar como o acesso de estudantes com deficiência na educação superior reverbera nas práticas de gestão universitária, no que se refere aos direitos desse público. Esta produção promoveu discussões sobre como os gestores avaliam a expansão do ingresso de estudantes com deficiência na universidade. Para este estudo, foram entrevistados gestores atuantes em quatro universidades, localizadas no município de Chapecó-SC. A imersão analítica ocorreu através da perspectiva da Análise do Discurso com referenciais foucaultianos. O estudo permitiu inferir que, na contemporaneidade, a inclusão está permeada pelos discursos amparados numa visão normativa inquestionável e pouco problematizada, em que os avanços na democratização e expansão do acesso à universidade são representados através de números estatísticos divulgados como promissores.

**Palavras-chave:** Inclusão na educação superior. Estudantes com deficiência. Gestão universitária.

**Joana Maria de Moraes Costa**  
Universidade Comunitária da Região de Chapecó - Unochapecó  
E-mail: joana@unochapeco.edu.br  
 <https://orcid.org/0000-0002-4504-1442>

**Tania Mara Zancanaro Pieczkowsk**  
Universidade Comunitária da Região de Chapecó - Unochapecó  
E-mail: taniazp@unochapeco.edu.br  
 <https://orcid.org/0000-0002-5257-7747>

Recebido em: 09/03/2019  
Aprovado em: 01/09/2019



**Abstract****Perceptions of managers about disabled inclusion of students in college education****Keywords:**

Inclusion in college education. Disabled students. Institution Management

This article is based on the studies carried out in the master in education whose objective was to analyze how the access of students with disabilities in college education reverberates in the university management practices, regarding mostly to their rights. This survey has promoted discussions about how managers evaluate the increasing enrollment number of disabled students. For this study, managers were interviewed at four universities, located in the municipality of Chapecó-SC. The analytical immersion occurred through the perspective of the Discourse Analysis with Foucaultian references. The study has allowed us to infer that in contemporary times inclusion is permeated by discourses based on an unquestionable and little problematized normative vision, in which advances in the democratization and expansion of university access are represented by promising statistical results.

**Resumen****Percepción de los gestores sobre la inclusión de estudiantes con discapacidad en la educación superior****Palabras clave:**

Inclusión en la educación superior. Estudiantes con discapacidad. Gestión universitária.

Este artículo está basado en los estudios realizados en la investigación de maestría en educación, cuyo objetivo fue analizar como el acceso de estudiantes con deficiencia en la educación superior repercute en las prácticas de gestión universitaria en lo que se refiere a los derechos de estas personas. Esta producción promovió discusiones sobre como los gestores evalúan la expansión del ingreso de estudiantes con deficiencia en la universidad. Para este estudio, fueron entrevistados gestores actuantes en cuatro universidades localizadas en la ciudad de Chapecó – SC. La inmersión analítica ocurrió a través de la perspectiva del Análisis del Discurso con referenciales de Michael Foucault. El estudio permite inferir que en la contemporaneidad la inclusión está permeada pelos discursos amparados en una visión normativa incuestionable y poco problematizada. Además de eso, los avances en la democratización y expansión del acceso a la universidad son representados a través de números estadísticos divulgados como promisores.

## Introdução

Este artigo apresenta discussões propiciadas pela pesquisa para dissertação de mestrado que problematizou como gestores universitários avaliam a expansão do ingresso de estudantes com deficiência<sup>1</sup> na educação superior e como essa presença repercute nas práticas de gestão universitária. Este texto articula discussões sobre a inclusão universitária como movimento a partir do empreendimento político da inclusão, como estratégia de subjetivação a partir do discurso da educação como direito de todos, normatizado pelas legislações e políticas governamentais. Foram entrevistados gestores atuantes nas áreas administrativa e de ensino, vinculados a quatro universidades localizadas no município de Chapecó-SC. As materialidades empíricas (registro das entrevistas narrativas gravadas e transcritas) foram examinadas por meio da Análise do Discurso com referenciais foucaultianos.

Nesse sentido, buscamos compreender a percepção dos gestores frente aos movimentos de inclusão que ocorrem na universidade nos últimos anos, as relações entre o imperativo legal da inclusão e os efeitos de verdade que emergem desse contexto. Para empenhar esforços de compreensão dessa rede de entendimentos, utilizamos como caixa de ferramentas as noções de discurso, verdade e subjetivação desenvolvidas por Michel Foucault.

A caixa de ferramentas é uma metáfora criada por Foucault para designar as noções desenvolvidas e discutidas nas obras do autor. Para Veiga-Neto e Lopes (2007), utilizar a caixa de ferramentas é servir-se das teorias e conceitos foucaultianos para examinar as práticas sociais como instrumento para reflexão.

Nesse empreendimento, compreendemos a influência da linguagem nos movimentos de inclusão, uma vez que os discursos são referenciais mais amplos que uma combinação de palavras, pois formam os objetos de que falamos, nas intrínsecas relações de poder e saber, que objetivam e subjetivam os gestores para as práticas de inclusão nas universidades. Para Foucault (2009, p. 8-9):

A produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.

O autor nos alerta para a compreensão de que o discurso não é um elemento neutro e transparente, mas de controle e poder, pois trata-se do modo de pensar e falar sobre as coisas num discurso histórico/contextual amparado por um sistema de instituições que impõem o que deve ou não ser dito e aceito. Para Foucault (2007), as verdades são produzidas no curso da história, a partir dos discursos permeados pelas relações de poder.

Nesse sentido, na contemporaneidade, a inclusão de estudantes com deficiência está permeada por discursos amparados numa visão normativa inquestionável e pouco problematizada, em que os avanços na democratização e expansão do acesso à universidade são representados através de números estatísticos divulgados como promissores. Assim, nos desafiamos a tensionar algumas verdades postas, com a intensão de refletir sobre os processos que compõem a trama de fios que tecem o contexto da inclusão de estudantes com deficiência na universidade. Para Pieczkowski (2014, p. 149),

[...] a percepção das coisas, do mundo, das pessoas passa pelas nossas representações de verdades, pelos recortes que conseguimos fazer e chamamos de realidade, mas que se mostra multifacetada e passível de ser lida sob várias perspectivas.

Portanto, refletir e investigar sobre os movimentos de inclusão de estudantes com deficiência são processos desafiadores. Por isso, mesmo sendo um tema bastante pesquisado na contemporaneidade, mostra facetas inéditas, novas inquietações e incertezas, o que justifica empreender esforços para responder novas perguntas.

Concordamos com Costa (2007), quando em seu texto “Uma agenda para jovens pesquisadores” destaca as falas de um estudante/pesquisador que escreve sobre as suas angústias ao deparar com as incertezas da ciência, pois até pouco tempo, aprendíamos sobre as buscas e os caminhos que devíamos seguir. Atualmente, com base nos estudos pós-estruturalistas, é preciso criar caminhos, questionar as verdades construídas no mundo moderno. Para Veiga-Neto (2007, p. 23):

Todos nós que hoje exercemos a docência ou a pesquisa em Educação tivemos uma formação intelectual e profissional em moldes iluministas. Uma das consequências disso é que talvez não estejamos suficientemente aptos para enfrentar, nem mesmo na vida privada, as rápidas e profundas mudanças culturais, sociais, econômicas e políticas em que nos achamos mergulhados.

Esse entendimento nos causa um desconforto e um estranhamento, pois o fio condutor, a partir dessa perspectiva, é a tomada de consciência de que “os achados e resultados de pesquisa são parciais e provisórios” (COSTA, 2007, p. 147). O reconhecimento dessa provisoriade motiva para o avanço nas discussões na área da educação inclusiva, porque a pesquisa nasce de uma inquietação, de interesses que estão sempre a serviço de algo ou alguém.

A partir desse entendimento, as políticas de inclusão têm um propósito e funcionam como um dispositivo político a serviço da segurança da população, que, ao estar incluída nos diferentes serviços ofertados pelo governo, faz com que as pessoas se tornem alvos fáceis das ações do Estado (LOPES, 2009). O desejo de permanecer no jogo mobiliza os jogadores a quererem permanecer jogando.

As políticas de inclusão não oferecem somente o interesse na qualificação ou cuidado com o outro, mas a necessidade da permanência do outro, para que as redes de trabalho e a capacidade de consumir sejam sustentadas. Para Pieczkowski e Naujorks (2014, p. 131), o termo inclusão “remete a argumentos sedutores e inquestionáveis do ponto de vista dos direitos humanos, sociais, educacionais e éticos que nos impõem ingenuidades e posturas acríticas diante do estabelecido”. Afirmam as autoras que “A inclusão de pessoas com deficiência nos diferentes níveis de ensino na contemporaneidade já não é questionada, embora os ‘bastidores desse palco’ possam revelar perversidades”. (p. 156).

Nesse sentido, as políticas de inclusão podem ser entendidas como manifestações da governamentalidade do Estado moderno, que almeja atingir o máximo de resultados junto à população que intenciona governar. Sobre esta reflexão, tomamos como referência o texto Biopolítica, governamentalidade e educação, de Gadelha (2009), que faz reflexões sobre a noção de governamentalidade amparado em Foucault, e apresenta uma releitura sobre a diferença entre a doutrina do príncipe e a arte de governar do Estado moderno. Fornece, também, novos elementos para compreender a governamentalidade, com base na singularidade de um novo tipo de concepção política de governo, que se caracteriza por uma pluralidade de práticas.

Governar um Estado significa, portanto, gerenciar a economia de forma abrangente, em relação aos habitantes, às riquezas, aos comportamentos individuais e coletivos, ações que transcendem em uma forma de vigilância e de controle tão micro e atenta quanto a gestão realizada por um pai de família. Para Foucault (2014), para alcançar essas diferentes finalidades busca-se “utilizar ao máximo as leis como táticas” para fazer, através de vários meios, com que determinados fins possam ser atingidos.

### **Caminho metodológico**

Para a pesquisa, que resultou na dissertação de mestrado, foram entrevistados gestores atuantes em quatro universidades localizadas no município de Chapecó-SC: uma pública federal, uma pública estadual, uma comunitária e uma privada. O município de Chapecó localiza-se no Oeste de Santa Catarina, tem aproximadamente duzentos e dez mil habitantes (210.000) e conta atualmente com mais de trinta Instituições de Educação Superior - IES (comunitárias, públicas e privadas), incluindo faculdades, centros universitários, etc. No entanto, o estudo envolveu apenas universidades.

A seguir, o quadro 1 apresenta algumas características das universidades pesquisadas:

**Quadro 1 - Caracterização das instituições pesquisadas**

Universidade	Estudantes matriculados	Estudantes com deficiência matriculados	Ano de Fundação	Estrutura Multicampi
Universidade A Pública Federal	8.000 estudantes	46 estudantes (campi)	2009	6 campi
Universidade B Pública Estadual	15.000 estudantes	1 (no centro)	1965	12 campi
Universidade C Comunitária	8.000 estudantes	87 estudantes (campi)	1970	3 campi
Universidade D Privada	300.000 estudantes	3 (na unidade)	1976	450 Municípios

Fonte: elaborado pelas autoras (com base nas informações retiradas dos sites das universidades, das entrevistas e disponibilizadas pelos setores de acessibilidade, no período da pesquisa).

A definição das universidades é decorrente da estruturação dessas instituições no município de Chapecó/SC, devido à dimensão de suas ações na região. Todas as instituições são multicampi e atendem a um número expressivo de estudantes, mais de 8.000 cada. As universidades apresentam uma atuação abrangente no contexto universitário e na comunidade porque atuam na pesquisa, ensino e extensão, o que também fortalece os cursos de Pós-graduação *stricto sensu*. O ambiente universitário promove uma diversidade de discussões que influenciam diretamente nas políticas institucionais, que, por suas características, são mais abrangentes que as demais categorias de Instituições de Ensino Superior (IES). Foram entrevistados oito gestores, sendo dois da Universidade A; três da universidade B; dois da Universidade C e um da Universidade D.

O gráfico que segue explicita as deficiências apresentadas pelos estudantes matriculados nas universidades.



Para a pesquisa, consideramos o relato dos gestores sobre os impactos ou efeitos que ocorrem nas universidades devido à presença dos estudantes com deficiência, além das normativas legais que determinam políticas de inclusão e acessibilidade. As ações da gestão

universitária decorrem de políticas amplas que abrangem toda a instituição e seus *campi*. Portanto, o contato com os gestores selecionados representa a percepção do contexto da instituição como um todo, e vai além do campus ou centro localizado no município de Chapecó.

O critério para definição dos gestores entrevistados foi a função exercida na instituição, tal como diretor acadêmico, diretor administrativo ou equivalente. Esses, são profissionais que ocupam cargos de gestão, que possuem atribuições referente às demandas que envolvem as ações de acessibilidade e inclusão de estudantes com deficiência nas universidades.

Cada instituição tem uma denominação para o setor que atende às demandas da inclusão, conforme segue: Núcleo de Acessibilidade, na Universidade A; Direção de Administração, na Universidade B; Divisão de Acessibilidade, na Universidade C; e Núcleo de Educação Inclusiva, na Universidade D.

A realização das entrevistas exigiu habilidades de escolhas, de aproximações, de envolvimento, de olhares, de escutas e de registros, fundamentais para a realização dessa etapa, que exige rigor e sensibilidade. Após a aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos - CEP/Unochapecó, e com a autorização assinada pelos gestores envolvidos, as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas. Um roteiro com tópicos orientadores foi utilizado durante as entrevistas.

O procedimento de geração das materialidades empíricas teve por base a entrevista narrativa que, para Andrade (2012, p. 173), “[...] é uma possibilidade de pesquisa ressignificada no campo de pesquisa pós-estruturalista”. A autora afirma ainda que “[...] as narrativas são constituídas a partir da conexão entre discursos que se articulam, que se sobrepõem, que se somam ou, ainda, que diferem ou contemporizam” (ANDRADE, 2012, p. 179). Para a autora, o sujeito é fruto das forças discursivas que o nomeiam e governam. Trazendo essa ideia para o texto, percebemos que os gestores falam a partir das experiências de inclusão vividas nas universidades, construídas também pelos caminhos trilhados em suas trajetórias acadêmica, profissional e pessoal.

As narrativas dos gestores foram organizadas em *agrupamentos temáticos*<sup>1</sup> (que, a partir de outro referencial teórico, poderiam ser chamadas de categorias analíticas), resultantes da relevância e das recorrências discursivas que emergiram da leitura exaustiva e cuidadosa das entrevistas. Foi um exercício de deixar fluir as unidades de discursos que se aproximam, as relações e as contradições que constituem os gestores como pessoas e como profissionais, os caminhos por onde andaram e os motivos que os impulsionaram a pensar de determinada forma

---

<sup>1</sup> Termo inspirado em Andrade (2012, p. 176).

sobre os estudantes incluídos. As materialidades empíricas foram examinadas por meio da análise do discurso com referenciais foucaultianos.

Os gestores se manifestaram acerca dos seguintes tópicos: as formas e demandas relativas à presença de estudantes com deficiência que lhes são encaminhadas; a percepção sobre os movimentos relativos à inclusão de estudantes com deficiência que acontecem na universidade brasileira no presente; a avaliação do aumento do número de matrículas de estudantes com deficiência na instituição em que trabalham; as normativas acerca da inclusão de estudantes com deficiência na educação superior que reverberam em políticas institucionais; os programas/políticas da instituição que o gestor implantou para atender aos preceitos da educação inclusiva; os desafios que a gestão universitária enfrenta para implantar e implementar as políticas referentes à inclusão de estudantes com deficiência na universidade (econômicas, de formação de pessoal, de acessibilidade arquitetônica, atitudinal, de comunicação, metodológica, digital) previstas no instrumento do Ministério para credenciamento/recredenciamento institucional e avaliação para reconhecimento/renovação de reconhecimento dos cursos de graduação. Este artigo trata especialmente sobre como os gestores avaliam a expansão do ingresso de estudantes com deficiência na universidade.

Com base em Fischer, ao analisar os discursos, precisamos recusar as fáceis interpretações, é preciso

[...] desprender-se de um longo e eficaz aprendizado que ainda nos faz olhar os discursos apenas como um conjunto de signos, como significantes que se referem a determinados conteúdos, carregando tal ou qual significado, quase sempre oculto, dissimulado, distorcido, intencionalmente deturpado, cheio de 'reais' intenções, conteúdos e representações, escondidos nos e pelos textos, não imediatamente visíveis. É como se no interior de cada discurso, ou num tempo anterior a ele, se pudesse encontrar, intocada, a verdade, desperta então pelo estudioso (FISCHER, 2001, p. 198).

A proposta da autora não é buscar as verdades, mas questionar, contextualizar essas verdades, ou duvidar das verdades do nosso tempo, compreendendo que somos subjetivados. É importante reconhecer que estamos imersos nos problemas e possibilidades, e falamos a partir deles.

Para Foucault, ao analisarmos discursos, devemos estar atentos, pois estes podem “[...] admitir um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder, e também obstáculo, escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta” (FOUCAULT, 2005, p. 96).

Sendo assim, tensionamos como e quais processos e estratégias de gestão são postos em operação na produção de um determinado modo de gerir a universidade para a inclusão. O tensionamento parte da percepção da inclusão amparada numa visão normativa inquestionável

e pouco problematizada, em que os avanços na democratização e expansão do acesso à universidade são representados através de números estatísticos divulgados como *promissores*, sem evidenciar os bastidores desse cenário.

### **Inclusão de estudantes com deficiência na educação superior: verdades contemporâneas**

O tema inclusão de estudantes com deficiência no sistema formal de ensino é tratado de forma recorrente no contexto acadêmico, devido aos tensionamentos inerentes ao campo de estudo, impulsionado também pelo crescente número de estudantes incluídos em todos os níveis de ensino. A inclusão no contexto escolar é fruto das discussões sobre a democratização e expansão da educação formal brasileira contemporânea, que, através das demandas sociais e formulação de leis, busca consolidar a educação como lugar do exercício da cidadania e da garantia de direitos. Concordamos com a reflexão de que “inclusão é um dos temas mais candentes e difíceis nas discussões sobre educação, no Brasil” (VEIGA-NETO; LOPES, 2007, p. 948).

O movimento de inclusão escolar ocorre impulsionado pelas políticas implementadas inicialmente na educação básica, mais intensamente, a partir da década de 1990. Informações publicadas no relatório mundial sobre as deficiências evidenciam que:

Mais de 40 nações adotaram legislação contra a discriminação de deficientes durante os anos de 1990. A Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (CDPD) - a mais recente, e o mais amplo reconhecimento dos direitos humanos das pessoas com deficiência - delinea os direitos civis, culturais, políticos, sociais e econômicos das pessoas com deficiência. (SÃO PAULO, 2011, p. 09).

Em decorrência das políticas de inclusão na educação básica, estudantes com deficiência passam a acessar a educação superior com maior frequência, em relação a uma ou mais décadas. Informações do Ministério da Educação (MEC), divulgadas no dia 01 de outubro de 2012, indicam aumento de 933,6% na quantidade de matrículas de pessoas com deficiência na educação superior entre 2000 e 2010. “Estudantes com deficiência passaram de 2.173 no começo do período para 20.287 em 2010.” (BRASIL, 2012). Mais recentemente, informações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep (BRASIL, 2018) registram um total de 37.927 matrículas de estudantes declarados com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades. “Do total de declarações, 33,4% apresentam deficiência física; 23,8%, baixa visão e 13,8%, deficiência auditiva” (BRASIL, 2018, p. 25). Desses números, segundo registros do Censo 2015 - Resumo técnico, publicado em 2018, predominam matrículas de estudantes com deficiência física (12.975), seguidas de baixa visão (9.224); deficiência auditiva (5.354); superdotação (4.808); cegueira (1.992);

deficiência intelectual (1.683); surdez (1.649); deficiência múltipla (632); autismo (173); síndrome de Asperger (165); surdocegueira (107); transtorno desintegrativo (104) e síndrome de Rett (41). Salientamos que nosso estudo focou apenas estudantes com deficiência, não contemplando altas habilidades ou transtorno global do desenvolvimento (autismo, síndrome de Asperger, transtorno desintegrativo e síndrome de Rett). Em relação ao total de matrículas de graduação em 2015, o público da Educação Especial corresponde a 0,5%. O texto salienta que um mesmo aluno pode apresentar mais de um tipo de deficiência (BRASIL, 2018).

A percepção dos gestores sobre o aumento desse público na universidade, e suas implicações nas políticas de inclusão, indicam que esse processo não ocorreu acompanhado das transformações necessárias à organização e ao funcionamento das instituições, principalmente no que se refere à formação humana. Explicitam, os entrevistados, que o acesso, a permanência e a conclusão na escola básica, frequentemente sem reprovações, mesmo que a aprendizagem esteja aquém ao currículo escolar convencional, são fatores do aumento de matrículas na educação superior. Porém, isso não assegura, a alguns desses estudantes, condições suficientes para atender às demandas da graduação, especialmente de estudantes com deficiência intelectual. Consideramos importante salientar o conceito de pessoa com deficiência, presente na Lei 13.146/15, em seu Art. 2º como:

Aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015).

Assim, a deficiência deixa de estar localizada no sujeito, para ser considerada no contexto social que, devido à precária acessibilidade, produz ou acentua limitações.

Percebemos, em algumas narrativas de aceitação, naturalização e autorresponsabilização pelo sucesso da inclusão, efeitos de subjetivação. Os gestores são convencidos a ser inclusivos e a se interessar por quaisquer assuntos que abordem a inclusão, porém, esse processo é permeado por lutas, resistências e ressignificação que sofrem e geram efeitos de saber/poder. Os gestores são subjetivados pelos discursos da inclusão na experiência singular da gestão universitária, que exige desses profissionais posicionamentos frente às demandas das políticas de inclusão relativas às avaliações externas dos cursos superiores e da própria universidade. Salientamos que subjetivação, para Foucault, designa “[...] um processo pelo qual se obtém a constituição de um sujeito, ou, mais exatamente, de uma subjetividade” (REVEL, 2005, p. 82).

Os discursos da inclusão influenciam diretamente na produção de experiências do sujeito na posição de gestor universitário. Ao ocupar essa posição, acionam estratégias para

operarem nos jogos de verdade coordenados pela produção de sentidos e que emergem nas diversas situações de tensões e decisões tomadas no cotidiano da universidade.

As percepções dos gestores acerca da presença do estudante com deficiência na universidade refletem ora o discurso da educação como direito de todos, naturalizada e inquestionável, ora nos tensionamentos, dúvidas, angústias e silenciamentos sobre esse processo.

Destacamos, na sequência, excertos das narrativas dos gestores acerca do crescente movimento de inclusão de estudantes com deficiência na educação superior. Alguns ancorados nos princípios do direito assegurado à educação e que expressam a responsabilização com a inclusão:

De um ponto de vista geral é um ganho. É uma política bastante importante para a democratização [...] (Gestor A2).

É uma ótima forma, garantida por legislação. E acho justa essa discussão de inclusão. (Gestor B1).

Se a gente for ver na história tudo que foi negligenciado, e hoje eles são parte integrante (Gestor C2).

Na área da educação, alguns discursos de democratização da educação funcionam como promessa de resolução dos problemas sociais, fundamentados por valores de igualdade, justiça e paz. E, ao falar sobre a sua percepção acerca da expansão do ingresso de estudantes com deficiência na universidade, os gestores reproduzem os discursos das normativas da inclusão como um direito humano, moral, imperativo e inquestionável, sentindo-se responsabilizados a executar as ordens normativas. O Gestor D1 expressa que a inclusão:

É um direito inegável. É fato. Não é porque a partir de 2008 as coisas se acirraram mais! É um ser humano que tem direito como qualquer outro. [...] (Gestor D1).

Alguns discursos mascaram as contradições e as dificuldades em decorrência da imposição de práticas inclusivas que compõem uma série de estratégias, práticas, termos específicos; as falhas, os erros e as resistências são negados. Muitas vezes, o sucesso da inclusão é expresso e medido através de dados estatísticos dos números crescentes de matrículas, os quais, à primeira vista, podem sugerir êxito no processo.

A imperatividade das normativas de inclusão é compreendida no bojo das relações de poder e dominação do nosso tempo, um poder transcendente, global, capilar. Trata-se de um poder difuso que está em todos os lugares e abrange todas as pessoas (NEGRI; HARDT, 2006). Nesse sentido, se discute a dissipação da soberania dos Estados e uma nova forma de poder mundial se consolida, aberta pelo processo de globalização.

A ordem de poder que flui sem localização ou fronteiras por todo o mundo impõe uma dominação descentralizada que influencia a todos e em todos os campos de atuação, inclusive nas políticas educacionais. Os organismos supranacionais estão no topo dessa ordem, como é o

caso da *Organização das Nações Unidas* (ONU), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), entre outros, em parceria com diversos outros organismos políticos, unificados sob a lógica da expansão do capital e das transformações dos processos produtivos. A forma de pensar a inclusão sofre influências e está imersa na imperatividade das normas referendadas pelos organismos supranacionais. Os discursos da educação como direito de todos e como exercício da diversidade se ramificam e refletem os efeitos da soberania sem fronteiras do Império.

O governo, no sentido da arte de governar, é múltiplo, governa os homens em relação às riquezas, aos recursos, aos meios de subsistência, ao território e suas fronteiras; aos costumes, às formas de agir e de pensar; à fome, à epidemia, à morte. Para tratar dos problemas do governo, Foucault analisou a relação entre segurança, população e governo. O autor destaca que na Idade Média e na Antiguidade existiram tratados que aconselhavam o príncipe (o governante) a ser aceito e respeitado pelos súditos (população). Mas, a partir do século XVI ao XVIII, vê-se desenvolver a arte de governar sob múltiplos aspectos: problema do governo de si mesmo, problema do governo das almas e das condutas.

### **Percepções de resistência e tensionamentos dos gestores sobre a inclusão**

Escrevemos o texto cientes dos limites desse exercício, amparadas por escolhas, num caminho forjado por seleções, recortes, articulações, uma vez que não é possível dar conta de uma suposta totalidade ou de somente uma verdade. Evidenciamos, nesse item, narrativas de tensionamentos e de resistências diante do tópico orientador da entrevista, que trata da percepção acerca da expansão do ingresso de estudantes com deficiência na universidade. Os gestores mencionaram os conflitos vivenciados nas práticas de gestão, somados às suas experiências como docentes na educação superior.

É uma coisa bem complexa. Porque, na verdade, assim, ao passo que você pensa, que sim, que pessoas que tenham determinadas deficiências têm condições de exercer algumas profissões, algumas atividades, não dá para generalizar. O que a gente vê na educação hoje, como um todo, é que existe um modelo, um protótipo. E você encaixa todos (Gestor B2).

A crítica que emerge desse relato aborda a padronização dos sujeitos, a ideia de que todos devem estar nos mesmos lugares, que é preciso incluir todos os jovens na universidade em decorrência de um desejo de estar em um espaço atualmente valorizado socialmente. Isso gera uma falsa ideia de que estar na universidade pode apagar ou amenizar a diferença da deficiência, rumo à intenção da desejada igualdade.

O Gestor B2 comenta a obrigatoriedade de adequação institucional, a importância de discutir as potencialidades da universidade, as especificidades dos seus cursos para receber as

peessoas com deficiência. Salienta que é necessário pensar no que é exigido para cada área do conhecimento, pois as habilidades requeridas para cada profissão são específicas.

A especificidade da formação de uma graduação é comentada pelo Gestor B3, quando questiona a possibilidade de um estudante com deficiência intelectual, por exemplo, dar conta de conceitos complexos exigidos nos cursos:

Eu acho assim, tanto na educação superior, quanto no ensino fundamental: existem deficiências que são possíveis de a gente dar conta, como questões de estrutura. É só a instituição se estruturar para receber essas pessoas, muito simples, estrutura física e de pessoal. Mas têm deficiências, principalmente indo para o lado mental, que aí eu acho que é bem mais controverso. (Gestor B3).

Apesar do relato “temos que dar conta”, utilizado por alguns gestores, emergem questionamentos sobre o papel da educação superior na contemporaneidade, as limitações em decorrência das deficiências, os limites das escolhas e ações dos gestores, e, também, a complexidade das demandas, pois cada caso é único. Acerca da inclusão crescente de estudantes com deficiência na universidade, o Gestor C1 menciona:

Penso que é um processo muito crescente. Uma expansão gritante de 2000 a 2010. Tem uma notícia no MEC, que foi um aumento de 933% de matrículas no ensino superior nos últimos anos. Então, isso mostra que toda essa expansão necessitou que as instituições criassem muitas alternativas diferenciadas. Mas, há uma complexidade muito grande. (Gestor C1).

As narrativas revelam continuidades e descontinuidades em relação às ações da gestão para implementar políticas de inclusão na universidade. Os gestores questionam quais são os saberes necessários aos que alcançam esse nível de ensino; a quantidade e intensidade de investimentos para realizar uma adaptação específica para esse público; como esse graduado vai atuar profissionalmente, ou seja, as responsabilidades que serão assumidas pelo estudante e pela instituição formadora.

Tensionar a inclusão também requer pensar nas limitações das atividades exercidas pelos profissionais da educação especial, na pessoa que, por vezes, não tem condições de suprir todas as necessidades do estudante com deficiência, como é o caso do intérprete de Libras, a exemplo de quando se trata de traduzir conteúdos de áreas específicas. O Gestor B3 comenta sobre a fragilidade da ação de colocar mais uma pessoa na sala de aula que não esteja preparada para atender o estudante. Reconhecer as fragilidades das ações em educação inclusiva faz o gestor revelar que também sente limitações, como afirma o Gestor B3:

Eu não me sinto capacitado. Eu não tive experiência. Tenho dificuldade de atender pessoas com deficiência. Como instituição a gente tem os entraves burocráticos. Eu sinto a falta de capacitação.

Alguns gestores questionam os efeitos da ampliação do acesso à educação superior, quando nas universidades, principalmente privadas e comunitárias, pois alguns cursos têm mais oferta de vagas do que candidatos e o processo de ingresso é feito através da análise no histórico escolar. Dessa forma, alguns estudantes têm ingressado na educação superior com grandes lacunas e sem condições efetivamente de se apropriar daquele perfil de egresso que as diretrizes curriculares nacionais preveem. O gestor questiona as consequências desse acesso e a qualidade da aprendizagem dos estudantes: “O compromisso de uma instituição formadora é com o estudante, mas também com o serviço que esse estudante um dia vai prestar para a sociedade” (Gestor C1).

A fala do Gestor C1 instiga a pensar no contexto dos dados estatísticos divulgados na página do Inep, quando lá consta a informação de que mais de mil e seiscentos estudantes com deficiência intelectual estão cursando graduação nas IES brasileiras (BRASIL, 2018). Embora a deficiência intelectual não tenha sido registrada com intensidade no gráfico apresentado neste texto, indicando o público identificados nas IES pesquisadas e, provavelmente, esteja no espaço designado para “outras” deficiências, frequentemente é problematizada pelos entrevistados. Isso nos leva a questionar: De que forma a universidade pode ser inclusiva para os estudantes com limitações severas nas habilidades de compreensão, de leitura, de escrita e lógico-matemáticas? Esse, possivelmente, seja um dos grandes desafios da universidade em tempos de inclusão.

Os dados publicados pelo Inep podem supor formas de silenciamentos frente ao acesso dos estudantes com deficiência à educação superior, como exemplos citados pelo Gestor D1: “se chegou até aqui, o que posso fazer?” Outro exemplo é o esforço para incluir, presente na narrativa do Gestor D1, quando fala das estratégias para inserir um estudante com deficiência intelectual na instituição:

Como exemplo: este aluno de Sistemas [de Informação]. Ele tem uma dificuldade cognitiva muito grande, que, no momento da prova dele, eu acompanhei. Primeiro fizemos num rascunho. Como nosso processo seletivo é uma redação, tem um tema específico e o aluno faz a redação. Primeiro, eu fui conversando com ele. Antes dele escrever. Então, foi uma tratativa totalmente diferente (Gestor D1).

Os relatos dos gestores são utilizados aqui como ferramentas que nos auxiliam no processo de reflexão sobre os direcionamentos da inclusão educacional das pessoas com deficiência, o papel da universidade e a responsabilidade dos gestores nesse processo, sem a pretensão de avaliar ou julgar as ações destes.

Os direitos conquistados proporcionam ganhos às pessoas com deficiência, no entanto, são limitados para atender todas as formas de conflitos, discriminações e exclusões, que se modificam dependendo do período e contexto social. Isso quer dizer que estar inserido na

universidade, representar um número positivo nas estatísticas de acesso, não necessariamente significa inclusão. Lopes; Fabris (2013, p. 10) afirmam que:

A noção de in/exclusão é uma maneira de dar visibilidade ao caráter subjetivo que está implicado nos processos de discriminação negativa e nos processos de degradação humana. In/exclusão seria uma forma de dar ênfase à complementaridade dos termos ou a sua interdependência para a caracterização daqueles que, mesmo vivendo em situação de rua, de cárcere, de discriminação negativa por sexualidade, gênero, situação econômica, religião, etnia e não aprendizagem escolar, não podem ser apontados como excluídos.

Problematizar a inclusão de estudantes com deficiência perpassa pela importância de discutir as questões sociais e políticas construídas na modernidade, que cria estratégias de democratização, igualdade e controle de todos pelo Estado. As normativas da inclusão e seus discursos passam a ser concebidos como verdades, resultados de processos de governo<sup>2</sup> que fazem da inclusão uma estratégia de gerenciamento do risco. As campanhas públicas funcionam como pedagogias culturais e, por isso, buscam o governo, sobretudo pelo discurso; elas pretendem ensinar o melhor comportamento e o que é melhor ou mais correto fazer.

As verdades contemporâneas da inclusão refletem os discursos da educação como direito de todos, mas também as contradições e os limites entre o direito à educação e a seleção dos que chegam à universidade e as complexas estratégias de avaliação e responsabilização dos gestores nas ações de inclusão.

Ao disseminar o discurso de que todos se beneficiam ao conviver com as diferenças, as políticas públicas de inclusão ganham força, revestem-se de estratégias discursivas com suporte nos princípios e valores de ordem, respeito às leis e harmonia social para a organização e formação da sociedade. Porém, o contexto histórico contemporâneo nos mostra a contradição de vivenciar uma série de conquistas sociais e, também, de situações diversas de exclusões, que refletem através de conquistas de direitos na contramão das chamadas flexibilizações ou perdas dos direitos conquistados, invisibilidade social, extremismos, entre outras situações de vulnerabilidade.

O termo educação como direito de todos, abordado de forma ampla nos textos normativos, passa a tratar cada vez mais de forma específica os direitos das pessoas com deficiência. Por fim, destacamos que a inclusão ocorre num movimento imbricado por vários discursos sociais, normativos, que vão subjetivando os gestores de uma forma impositiva e naturalizada, que reflete a maneira mais recente de gerir a inclusão, através da responsabilização dos gestores, e expressada através do discurso do direito assegurado à educação superior. As verdades sobre a inclusão perpassam pelas formas de pensar a educação para todos como uma

questão ética, mas também marcada pelas contradições da democratização da educação, nas miríades e fragilidades do sistema de avaliação e organização do fluxo escolar.

### Considerações finais

Emergiram das narrativas dos gestores, a partir do questionamento sobre a percepção dos efeitos da presença de estudantes com deficiência nos programas e políticas institucionais relativas à inclusão, reflexões das situações que ocorrem no contexto universitário e que movimentam a agir em prol da inclusão. Os gestores entrevistados, no início dos diálogos, relatam suas experiências de forma positiva, salientam os investimentos realizados, especialmente financeiros, e expressam a necessidade de dizer que a inclusão está dando certo. Afirmam que atender às demandas dos estudantes com deficiência é motivo de orgulho e de transformações positivas. Salientam que as demandas são diversas e requerem da instituição investimentos para o acesso físico facilitado e adaptações curriculares, mas que resultam em atitudes de acolhimento, reconhecimento das diferenças e na possibilidade de acesso ao direito de aprender, mesmo que isso implique em grandes desafios.

À medida em que as narrativas avançam, os gestores expressam a complexidade do processo e o sentimento de impotência diante de algumas tentativas de atender às políticas de inclusão. São mencionadas dificuldades em relação à estrutura das universidades, diretamente ligadas à falta de investimentos e também à falta de funcionários ou dificuldade de contratação de pessoas qualificadas para determinadas funções, a exemplo de operar com a máquina Braille, ou exercer funções de apoio específico aos estudantes de graduação ou de compreender o papel do serviço de Atendimento Educacional Especializado (AEE). A formação continuada também é fator de preocupação para os gestores universitários, pois identificam as limitações docentes para lidar com a diferença numa sociedade que opera na lógica da normatização e da normalização.

A percepção de que a inclusão é uma verdade, e todos precisam aderir a esse movimento, é tensionada diante da complexidade que distintas necessidades específicas/deficiências impõem. Em nome da inclusão, entendida como um imperativo contemporâneo, estar fora do sistema de ensino pode soar como flagrante exclusão. Porém, mesmo acessando à educação superior, a exclusão pode acontecer, de forma explícita ou velada, quando a estrutura universitária (e dos demais níveis de ensino) está organizada de forma padronizada, com tempos e espaços iguais para sujeitos diferentes. Inclusão é muito mais do que benevolência, disposição para aceitar ou para respeitar a diferença. É necessário o reconhecimento da diferença e do direito de ser diferente, bem como o conhecimento técnico para apropriar-se e implementar tecnologias assistivas que representam estratégias de inclusão.

Ressaltamos que, ao tensionar o movimento de inclusão, não nos posicionamos contrárias nem defendemos formas excludentes de tratar os sujeitos com deficiência. Diferentemente disso, tensionar a forma naturalizada e até romanceada de tratar o tema significa evidenciar a complexidade desse empreendimento e investir esforços para assegurar o direito à educação inclusiva.

A presença do estudante com deficiência na universidade é um fator que gera movimento, no sentido de desacomodar e desestabilizar o sistema padronizado. Esse movimento provoca a definição de prioridades de investimentos, o questionamento das práticas de avaliação e do desenvolvimento da aula universitária, assim como da formação docente. Requer a promoção de acessibilidade arquitetônica, atitudinal, digital, metodológica, nas comunicações ou no currículo e leva a repensar a própria universidade, o seu papel e formas de ser inclusiva.

O compromisso e envolvimento do gestor com o tema da inclusão são determinantes e, explicitamente, produzem mudanças na estrutura da universidade através de suas escolhas e posicionamentos. O impacto da presença do estudante gera inquietações, mas também abre perspectivas para a acessibilidade e inclusão, o que não aconteceria sem a presença desse público. Problematizar a inclusão de estudantes com deficiência na universidade passa por refletir o seu papel, assim como dos demais níveis de ensino. A educação superior objetiva a formação técnica e cidadã, com o domínio de competências para o exercício profissional e responsabilidade social.

O estudo permite inferir que os discursos inclusivos refletem seus efeitos em termos de subjetivação dos gestores e repercutem em estratégias de gestão e de políticas institucionais para atender às especificidades da inclusão. Na contemporaneidade, a inclusão está permeada pelos discursos amparados numa visão normativa inquestionável e pouco problematizada, em que os avanços na democratização e expansão do acesso à universidade são representados através de números estatísticos divulgados como promissores, e tratada como um discurso que ocorre na lógica neoliberal de mobilização para produzir e consumir. Amparadas em nossa investigação, tensionamos algumas verdades postas, para refletir sobre os processos que compõem o contexto da inclusão de estudantes com deficiência na universidade

## Referências

ANDRADE, Sandra dos Santos. A entrevista narrativa ressignificada nas pesquisas educacionais pós-estruturalistas. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (Orgs.). *Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação*. Belo Horizonte: Mazza, 2012. p. 173-194.

BRASIL. *Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009*. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. *Diário Oficial [da] União*, Brasília, DF, 26 de agosto de 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. *Educação superior: Em 10 anos, número de matrículas de alunos com deficiência sobe 933,6%*. out. 2012. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=18124](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=18124). Acesso em: 01 out. 2012.

BRASIL. *Censo da educação superior de 2014*. Resumo técnico. Brasília, DF: INEP, 2014. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>. Acesso em: 22 dez. 2018.

BRASIL. *Censo da educação superior de 2015*. Resumo técnico. 2. ed. Brasília, DF: INEP, 2018. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/resumo\\_tecnico/resumo\\_tecnico\\_censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2015.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2015.pdf). Acesso em: 3 jan. 2019.

BRASIL. *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm). Acesso em: 10 fev. 2016.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. *Cadernos de pesquisa*, Porto Alegre: UFRGS, n. 114, p. 197-223, nov. 2001.

GADELHA, Sylvio. *Biopolítica, governamentalidade e educação: Introdução e conexões, a partir de Michel Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

COSTA, Marisa Vorraber. Uma agenda para jovens pesquisadores. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). *Caminhos investigativos II: Outros modos de pensar e fazer pesquisa em Educação*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 139-153.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 16. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 7ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 16 ed. São Paulo: Loyola, 2009.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização, introdução e revisão Roberto Machado. 28. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2014.

LOPES, Maura Corcini. Políticas de inclusão e governamentalidade. In: THOMA, Adriana da Silva. HILLESHEIM, Betina. *Políticas de inclusão: gerenciando riscos e governando as diferenças*. 1. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011. p. 07-15.

LOPES, Maura Corcini. Políticas de inclusão e governamentalidade. *Educação & Realidade*, Porto Alegre: FACE/UFRGS, v. 34, n. 2, p. 153-170, mai./ago. 2009. (Dossiê Governamentalidade e Educação)

LOPES, Maura Corcini. FABRIS, Eli Henn. *Inclusão e Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. *Império*. Record: Rio de Janeiro, 2006.

PIECZKOWSKI, Tania Mara Zancanaro. *Inclusão de estudantes com deficiência na educação superior: efeitos na docência universitária*. 208f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

PIECZKOWSKI, Tania Mara Zancanaro; NAUJORKS, Maria Inês (Orgs.). *Educação, inclusão e acessibilidade: diferentes contextos*. Chapecó: Argos, 2014. p. 129-160.

REVEL, Judht. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. Tradução Carlos Piovesani Filho; Nilton Milanez. Revisão técnica Maria do Rosário Gregolin. São Carlos: Clara Luz, 2005.

SÃO PAULO. *Relatório Mundial sobre as deficiências*. São Paulo: Organização Mundial da Saúde; Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2011. (Tradução em Língua Portuguesa à Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo). Disponível em:

[http://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/usr/share/documents/RELATORIO\\_MUNDIAL\\_COMPLETO.pdf](http://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/usr/share/documents/RELATORIO_MUNDIAL_COMPLETO.pdf). Acesso em: 28 dez. 2018.

VEIGA-NETO, Alfredo. *Paradigmas, cuidado com eles!* In: COSTA, Marisa Vorraber. (Org.) *Caminhos investigativos II: Outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação*. Lamparina: Rio de Janeiro, 2007. p. 35-47.

VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura Corcini. Inclusão e governamentalidade. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 100, p. 943-963, out. 2007

### Informações sobre os Revisores:

**Língua Portuguesa** | Nome: Elisa Rosalen  
E-mail: elisa.rosalen@hotmail.com

**Língua Inglesa** | Nome: Elisa Rosalen  
E-mail: elisa.rosalen@hotmail.com

**Língua Espanhola** | Nome: Elisa Rosalen  
E-mail: elisa.rosalen@hotmail.com